

- termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- h) Autorizar as despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afecto ao mesmo, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - i) Autorizar a realização de despesas de representação no âmbito do Gabinete;
 - j) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivos justificados, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;
 - k) Aprovar os planos anuais de férias e autorizar a acumulação de férias;
 - l) Praticar actos correntes relativos às funções específicas do Gabinete sobre as quais tenham havido orientação prévia, nomeadamente os que se refiram a decisões sobre requerimentos;
 - m) Despachar assuntos de gestão corrente do Gabinete.

2 — Delego ainda no Dr. António Malheiros de Magalhães, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a competência para a prática de todos os actos decisórios de aprovação e realização de despesas por conta do orçamento do Gabinete até aos limites das competências fixadas para os directores-gerais no mesmo diploma legal.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo meu chefe do Gabinete que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

25 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, *Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Aviso n.º 90/2005 (2.ª série). — Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (promoções do pessoal fabril), elaborada nos termos da alínea *a*) do n.º 4.º da Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro, aprovada por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite de 3 de Dezembro de 2004, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2004:

- N.º 1369, José Manuel Peixão Cascalho, técnico de apoio fabril principal do nível 4 — promovido a técnico de apoio fabril especialista do nível 3.
- N.º 4348, José Luís Pereira Palmela, técnico de apoio fabril principal do nível 3 — promovido a técnico de apoio fabril especialista do nível 2.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2004. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime B. Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços do Material

Despacho n.º 225/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no presidente da comissão eventual da Direcção de Tecnologias da Informação e Comunicação, CALM EMA José António Gimenez Salinas Moreira Ribeiro, a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — Este despacho cancela e substitui o n.º 2 do meu despacho n.º 23/SSM/2004, de 12 de Outubro.

9 de Dezembro de 2004. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 226/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no director de Abastecimento, CALM AN Augusto Manuel da Silva e Pinho a competência que me é delegada, para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — Este despacho cancela e substitui o n.º 2 do meu despacho n.º 24/SSM/2004, de 12 de Outubro.

9 de Dezembro de 2004. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 227/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no director de Infra-Estruturas, CALM EMQ Victor Maria Lima Borges Brandão a competência que me é delegada, para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — Este despacho cancela e substitui o n.º 2 do meu despacho n.º 26/SSM/2004, de 12 de Outubro.

9 de Dezembro de 2004. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 228/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no director de Transportes, CMG EMQ José Manuel Baptista de Oliveira Braz, a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — Este despacho cancela e substitui o n.º 2 do meu despacho n.º 28/SSM/2004, de 29 de Setembro.

9 de Dezembro de 2004. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 229/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no director de navios, CALM EMQ Ílido Cardoso Pais Loureiro, a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — Este despacho cancela e substitui o n.º 2 do meu despacho n.º 30/SSM/2004, de 3 de Novembro.

9 de Dezembro de 2004. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Despacho n.º 230/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos dos artigos 23.º, n.º 4, e 26.º, n.º 2, do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, o mandato dos membros do conselho consultivo e da comissão de fiscalização tem a duração de três anos;

Considerando que a actual composição destes órgãos cessa as suas funções a 18 de Janeiro de 2005 e a 18 de Dezembro de 2004, respectivamente;

Considerando ainda o despacho de delegação de competências do Ministro das Finanças e da Administração Pública n.º 19 899/2004, de 3 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 23 de Setembro de 2004, nomeio, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 e da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 23.º, bem como do n.º 1 do artigo 26.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal:

- 1) Para o conselho consultivo do Instituto de Seguros de Portugal, com produção de efeitos a partir de 19 de Janeiro de 2005:

Prof. João Tiago Praça Nunes Mexia.
Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Dr.ª Maria do Carmo Portela Herédia Vieira da Fonseca.

- 2) Para a comissão de fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal, com produção de efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2004:

Engenheiro Álvaro Pinto Correia, que presidirá.
Dr. Manuel de Lima Dias Martins.
Dr. José Rodrigues de Jesus, revisor oficial de contas.

10 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado do Tesouro das Finanças, *Luís Miguel Gubert Morais Leitão*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 231/2005 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Outubro e de 10 de Dezembro de 2004, respectivamente, do secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do vogal do conselho de administração da região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, este último no uso de competência delegada:

Branca Mafalda Bell Paes de Moura Rodrigues, assistente administrativa principal do quadro do pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), posicionada no escalão 1, índice 222 — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, ficando exonerada do lugar de origem, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2004. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — O Secretário-Geral, *João I. Simões de Almeida*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 91/2005 (2.ª série). — Por despacho da sub-directora-geral de 22 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral:

Maria Helena Silva Fernandes Quental, assistente administrativa na situação de licença sem vencimento de longa duração — regressa ao quadro, ficando colocada nos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 92/2005 (2.ª série). — Por despacho da sub-directora-geral de 21 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral:

Luís Cláudio dos Santos Ribeiro — nomeado, precedendo aprovação em concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior da área de avaliação da propriedade para fins fiscais do quadro da Direcção-Geral dos Impostos, com efeitos à data do despacho, ficando colocado nos Serviços Centrais. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 93/2005 (2.ª série). — Por despacho da sub-directora-geral de 21 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral, são nomeados na categoria de inspector tributário assessor principal, grau 7, da Inspeção Tributária, do GAT, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os candidatos aprovados no concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso divulgado em 11 de Novembro de 2003, mantendo-se colocados nos quadros de contigência que actualmente ocupam:

- 1.º José Teotónio Duarte Marques.
- 2.º Maria da Piedade Gonçalves dos Santos Vaz.
- 3.º José Carlos Henriques da Silva.
- 4.º Alexandrina Gouveia Pimentel.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho (extracto) n.º 232/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 20 de Dezembro de 2004:

Licenciado José Manuel Azevedo Morujão e Oliveira — renovada a comissão de serviço, com efeitos a 20 de Fevereiro de 2005, no

cargo de chefe da Divisão de Segurança Informática da DGITA, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — Por delegação do Director-Geral, a Directora de Serviços, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Direcção-Geral do Património

Despacho n.º 233/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei, para o provimento do cargo de director de serviços de Cadastro e Inventário da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas quatro candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Maria de Fátima Gomes Marques reúne os requisitos legais e possui vasta experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargos de direcção superior e intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovada pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços de Cadastro e Inventário da Direcção-Geral do Património a licenciada Maria de Fátima Gomes Marques, assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Património.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Nota curricular

Nome — Maria de Fátima Gomes Marques.
Morada — Rua de Miguel Torga, 16, 5.º, C, 2745-820 Massamá.
Estado civil — solteira.

Data de nascimento — 4 de Outubro de 1952.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1978;

Mestrado em Gestão Industrial/Sistemas de Informação, parte lectiva, no INDEG/ISCTE, em 1993.

Funções:

Coordenação dos trabalhos de inventariação do património imobiliário na Direcção-Geral do Património (DGP), Direcção de Serviços de Cadastro e Inventário (de 1999 a 2002 e de 2003 até à presente data);

Formadora em CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado em diversas instituições estatais e privadas;

Membro da Comissão Executiva de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), em representação da Direcção-Geral do Património (2001);

Participação, como representante da DGP, no concurso público internacional para adjudicação, em regime de concessão, da exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no eixo norte-sul da região de Lisboa e no grupo de trabalho criado para analisar as diversas propostas de aquisição, pelos ministérios, de património imobiliário emblemático edificado na zona da Expo 98 (de 1998 a 1999);

Chefia da Área Património da Direcção Financeira do Metropolitan de Lisboa, E. P., por convite da administração e anuência da tutela (de 1995 a 1998);

Coordenação da divulgação dos cadernos de encargos e programas dos concursos públicos de fornecimento de produtos a integrar nos acordos de desconto e estatísticas comunitárias na DGP, Direcção de Serviços de Aprovisionamento Público (de 1993 a 1995);

Coordenação dos trabalhos de concepção do sistema de informações/inventário de bens móveis corpóreos do Estado; par-